



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14935 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - XVII Reunião Regional da ANPEd Centro-oeste (2024)  
 ISSN: 2595-7945  
 GE Educação e Povos Indígenas

AS PROPOSIÇÕES DE PRÁTICAS EDUCATIVAS REFERENTE A DIFERENÇA INDÍGENA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA/MS.  
 Daiane Nascimento Roberto Dias - UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados  
 Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

**AS PROPOSIÇÕES DE PRÁTICAS EDUCATIVAS REFERENTE A DIFERENÇA INDÍGENA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA/MS.**

**:TRABALHO EM ANDAMENTO.**

Daiane Nascimento Roberto Dias (UFGD) - daianenroberto@gmail.com

Marta Coelho Castro Troquez (UFGD) - martatroquez@ufgd.edu.br

**GE Povos indígenas.**

**Introdução do Problema**

O município de Nova Andradina, assim como praticamente todos os municípios do estado do Mato Grosso do Sul (MS), tem sua história marcada pela presença dos povos indígenas. Antes de Nova Andradina se tornar município, ainda nos séculos XVIII e XIX e adentrando o século XX, vivia aqui uma nação indígena, o povo Ofaié. Segundo dados do censo IBGE 2022, a população indígena no País está em torno de 1,7 milhão. MS tem 116,3 mil indígenas, que corresponde a 4,22% da população. O Estado possui o 3º maior número de população indígena do Brasil, este é o registro dados do IBGE e traz a confirmação de que todos os 79 municípios do Estado têm a presença de povos indígenas.

Este trabalho defende a perspectiva de observar como as instituições escolares vêm se

adequando, e estruturando suas propostas pedagógicas simultaneamente às práticas pedagógicas dos professores em relação às orientações e normativos vigentes após a implementação da Lei 11.645/2008, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. O objetivo principal desta pesquisa é investigar como a questão da diferença indígena é tratada na rede municipal de educação do município de Nova Andradina/MS.

### **Desenvolvimento**

Trata-se de pesquisa documental onde será feita análise de documentos escolares de matrículas, documentos regimentares, curriculares e/ou orientadores das práticas. Uma abordagem exploratória, onde a pesquisadora pretende buscar informações diretamente com a população pesquisada proporcionando um encontro mais direto entre o objeto de estudo e a escrita reunindo assim um conjunto de informações a serem documentadas. A parte da pesquisa de caráter bibliográfico para identificação da literatura sobre o tema a construção do escopo teórico que dará sustentação às análises, utilizarei autores/as que refletem e discutem em torno da interculturalidade crítica, colonialidade e diferença. Que adotam uma perspectiva crítica, buscando desconstruir visões unilaterais e hegemônicas, promovendo o diálogo intercultural como uma ferramenta para a construção de relações mais igualitárias e respeitadas entre os diversos grupos culturais.

### **Segundo Walsh :**

[...] a política multicultural atual sugere muito mais do que o reconhecimento da diversidade. É uma estratégia política funcional ao sistema/mundo moderno e ainda colonial; pretende ‘incluir’ os anteriormente excluídos dentro de um modelo globalizado de sociedade, regido não pelas pessoas, mas pelos interesses do mercado. (Walsh, 2009, p. 20).

Torna-se importante a promoção de diálogos envolvendo instituições formadoras, escola e comunidade por meio de conhecimentos ancorados na legislação vigente que vise o amplo desenvolvimento de uma educação pautada na diversidade e no respeito às diferenças. Ainda como base teórica afim de contribuir com a discussão o pensamento de Troquez e Nascimento (2020), desde a chegada dos europeus ao continente americano, os projetos de educação escolar para os povos indígenas foram marcados por práticas etnocêntricas e civilizatórias. Estas práticas foram orientadas por uma lógica de poder colonial que os ignorou enquanto povos socioculturalmente organizados, dotados de historicidades e de sistemas de conhecimentos próprios. Torna-se importante a promoção de diálogos envolvendo instituições formadoras, escola e comunidade por meio de conhecimentos ancorados na legislação vigente que vise o amplo desenvolvimento de uma educação pautada na diversidade e no respeito às diferenças.

## Considerações

A finalidade dessa pesquisa é analisar a proposição de práticas educativas para escolas que atendem alunos indígenas no ensino fundamental da rede pública do MS, no município de Nova Andradina-MS na perspectiva decolonial .

**Palavras-Chave:** Educação. Intercultural. Decolonial. Práticas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 11.645. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, modificada pela Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília-DF, 2008b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm). Acesso em: 6 jun. 2018.

MIGUEL, G. Arroyo. Os Movimentos Sociais e a construção de outros currículos. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 55, p. 47-68, jan./mar. 2015. **Itinerarius Reflectionis**, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 01–18, 2018. DOI: 10.5216/rir.v14i1.49424. Disponível em: <https://revistas.ufj.edu.br/rir/article/view/49424>. Acesso em: 31 ago. 2023.

TROQUEZ, Marta Coelho Castro. O tratamento da diversidade em escolas urbanas que atendem alunos indígenas: desafios para uma educação intercultural. In.: MARQUES, Eugênia Portela de Siqueira; FILHO, Miguel Gomes. **Educação, diversidades e inclusão: os desafios para a docência**. São Paulo: Life, 2016. p. 65-78.

WALSH, Catherine. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). **Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009, p. 12- 42.